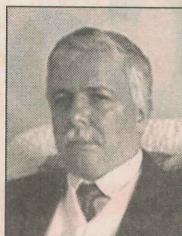


A512061

PONTO DE VI\$TA

J. CARLOS DE ASSIS



Anarquia eleitoral às vésperas do pleito

Existe muita gente, inclusive cientistas políticos, para quem os problemas brasileiros só se resolverão com uma reforma política. Fala-se em fidelidade partidária, fala-se em voto distrital, fala-se em voto de lista.

Os palpites são variados, e em geral toma-se como referência algum modelo europeu ou norte-americano.

Para alguns, o bipartidarismo espontâneo norte-americano seria o segredo do sucesso da democracia nos Estados Unidos, pelo que também entre nós ele deve ser adotado, só que imposto "manu militari", de cima para baixo, na marra.

A decisão que acaba de ser adotada pelo Tribunal Superior Eleitoral, mediante interpretação de lei – e contrariando lei expressa aprovada pelo Congresso para valer nas eleições posteriores a 2006 –, soma-se ao conjunto de casuísmos que, há anos, desde o governo militar, caracteriza o processo eleitoral brasileiro.

A verticalização rígida, tal como anunciada, é uma forma de forçar uma simplificação numérica do sistema partidário, passando por cima da realidade dos partidos no Brasil. A rigor, é uma espécie de burocratização da democracia.

Confesso que gostaria muito que o Brasil tivesse apenas dois partidos: um, neoliberal e idólatra do livre mercado, e outro, desenvolvimentista, a favor do Estado do bem estar social. Seria bem mais cômodo para a opinião pública escolher entre alternativas tão claras.

Certo, PT, PSDB e PFL teriam que se fundir do lado neoliberal, enquanto partidos como PDT, PSB, PCdoB e meu PRB se alinhariam do lado progressista.

Iríamos todos para a disputa eleitoral num clima de máxima transparência, sem

qualquer desvio ideológico movido pela demagogia ou pelo oportunismo.

Acontece que a vida não é assim. A realidade brasileira é muito diversificada. Somos uma sociedade com extrema estratificação social, e isso, queiramos ou não, se reflete na estrutura partidária.

Os quase 30 partidos nacionais que temos – e recorde-se que não é assim tão fácil criar partidos nacionais, dadas as restrições legais – representam legitimamente correntes de opinião.

Sua existência é uma implicação da democracia. Qualquer tipo de constrangimento à livre formação

às vésperas do pleito.

Note-se que a lei reinterpretada agora é a mesma lei que presidiu as últimas eleições gerais. Da vez anterior, as restrições à coligação eram menores.

Teremos, assim, uma sucessão de casuísmos em três eleições seguidas, já que, para as eleições depois de 2006, o Congresso já acabou com a verticalização.

Ou pretende o TSE anular esta nova lei, que só não pôde entrar em vigor este ano por causa do princípio da anualidade?

E como explicar ao povo que, por interpretação da lei, o TSE pode mudar regras às vésperas da eleição, quando o Congresso não pode mesmo dentro de um ano?

O TSE está se arvorando em protagonista das eleições, quando deveria limitar-se, dentro da democracia, a ser um árbitro para o seu bom andamento.

Essa balbúrdia criada poucas semanas antes das convenções partidárias é uma péssima pedagogia política. Os próprios políticos estão confusos, imaginem o povo!

Nada de bom para a democracia pode surgir de

composições forçadas por conveniências burocráticas, à margem de legítimos interesses políticos.

Em última instância, esquece-se que o principal ator da democracia é o partido político, e que, para a democracia funcionar, o partido político deve ser livre e independente em suas opções, dentre as quais a de coligação é uma das principais.

(*) J. Carlos de Assis
(j.cassis@terra.com.br) é jornalista, economista, mestre em Engenharia da Produção pela Coppe/UFRJ, autor de diversos livros, entre os quais "A Quarta Via" e "Trabalho como Direito".



do quadro partidário é uma expressão de autoritarismo e de elitismo.

A decisão do TSE de radicalizar na imposição da verticalização, quando o Congresso já eliminou toda verticalização para as eleições depois da próxima, é uma intervenção indevida no processo político-eleitoral em curso. Dizer que isso aperfeiçoa o processo eleitoral brasileiro é uma farsa. Isso é uma confusão.

Criou-se uma balbúrdia que desfigura a vontade política dos legítimos portavozes do eleitorado numa democracia, que são os partidos políticos. Na verdade, o TSE investiu-se de poderes legislativos, instituindo a bagunça eleitoral